













## CONHECIMENTOS

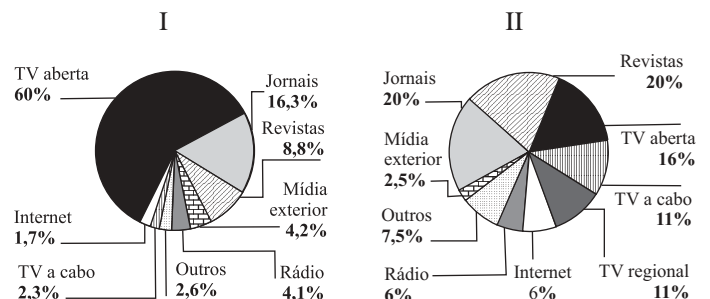
### CONHECIMENTOS GERAIS

31. O 6.º Fórum Social Mundial, que terminou no dia 29 de janeiro de 2006, em Caracas (Venezuela), além de criticar a posição brasileira, que junto com a Índia trabalhou pela criação do G-20 para, segundo o documento final, “conquistar um posto de poder”, também exigiu
- (A) que as multinacionais devolvessem à Bolívia o direito de explorar suas riquezas minerais.
  - (B) a retirada de tropas estrangeiras do Haiti, as quais são lideradas pelo Brasil.
  - (C) que os Estados Unidos abandonassem os planos de atacar a Colômbia.
  - (D) o embargo da venda de armas brasileiras e americanas ao Iraque e a Israel.
  - (E) a taxaço dos produtos chineses para reduzir o desemprego nos países pobres.
32. Segundo a Agência *France Press*, em 12 de outubro passado, a Suíça começou a investigar contas bancárias supostamente relacionadas a um ex-ditador latino-americano. Suspeita-se que o ex-presidente depositava em bancos daquele país as comissões ilegais advindas de diversos contratos de compras. Entre essas compras, estariam 25 aviões Mirage adquiridos da Bélgica por US\$ 109 milhões. O acusado é o ex-ditador
- (A) do Chile, Augusto Pinochet.
  - (B) da Argentina, Carlos Menem.
  - (C) da Bolívia, Carlos Mesa.
  - (D) do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti.
  - (E) da Venezuela, Hugo Chávez.
33. No dia 11 de outubro deste ano, a Folha de S.Paulo noticiou que “policiais federais prenderam 24 pessoas, apreenderam quatro armas, US\$ 750 mil, R\$ 250 mil e 25 carros de luxo, entre os quais uma Ferrari”. A operação, denominada “Bola de Fogo”, já havia detido 97 pessoas em vários estados, no dia anterior. Pesa contra os detidos crimes por contrabando, formação de quadrilha, corrupção, crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. A operação da Polícia Federal desmantelou uma quadrilha especializada em
- (A) roubo e contrabando de automóveis.
  - (B) contrabando de armas e munições.
  - (C) tráfico de cocaína e ecstasy.
  - (D) tráfico de órgãos.
  - (E) falsificação e contrabando de cigarros.

34. O Brasil perdeu nove posições, em relação ao ano passado, no ranking de competitividade global organizado pelo Fórum Econômico Mundial deste ano. A posição brasileira é a mais baixa entre os BRICs, termo criado para designar o grupo das economias emergentes, formado pelo Brasil,
- (A) Coréia do Norte, Índia e China.
  - (B) Coréia do Sul, Índia e China.
  - (C) Rússia, Índia e China.
  - (D) Rússia, Coréia do Sul e China.
  - (E) Rússia, Índia e Coréia do Norte.
35. No final de setembro deste ano, as emissoras e jornais assinantes do noticiário da BBC anunciaram o ingresso de mais dois países na União Européia, que passou de 25 para 27 participantes. Esses países pertenciam ao bloco de países comunistas da Europa Oriental. Apesar de, segundo as autoridades da UE, não estarem prontos para integrar o bloco, foram aceitos para apressar medidas de combate à corrupção e ao crime organizado. Os dois países são:
- (A) Hungria e República Tcheca.
  - (B) Sérvia e Polônia.
  - (C) Estônia e Letônia.
  - (D) Romênia e Bulgária.
  - (E) Eslovênia e Lituânia.

## MATEMÁTICA

36. O gráfico I mostra como seria, inicialmente, a distribuição porcentual da verba publicitária total de uma empresa para 2007, sendo que, somente para a TV aberta, estavam destinados 9 milhões de reais. Posteriormente, a diretoria reformulou conceitos e estratégias e estabeleceu uma nova distribuição porcentual da verba total conforme mostra o gráfico II, sendo que não houve alteração no valor total da verba publicitária inicialmente prevista. Com a nova distribuição, a soma dos valores destinados à publicidade *na Internet e na Tv a cabo* superou a soma dos valores inicialmente previstos para esse fim em



- (A) R\$ 1,56 milhão.
- (B) R\$ 1,78 milhão.
- (C) R\$ 1,95 milhão.
- (D) R\$ 2,12 milhões.
- (E) R\$ 2,25 milhões.

37. Ricardo participou de uma prova de atletismo e, no final, observou que, do número total de atletas participantes,  $1/4$  havia terminado a prova na sua frente, e  $2/3$  haviam chegado depois dele. Considerando-se que todos os participantes completaram a prova, e que nenhum atleta cruzou a linha de chegada no mesmo tempo que outro, pode-se concluir que, pela ordem de chegada nessa prova, Ricardo foi o

- (A) 3.º colocado.
- (B) 4.º colocado.
- (C) 5.º colocado.
- (D) 6.º colocado.
- (E) 8.º colocado.

38. Com a proximidade do Natal, uma empresa doou uma determinada quantia para uma creche que abriga um total de 80 crianças. A quantia doada foi dividida para a compra de brinquedos e roupas na razão de 3 para 5, respectivamente. Assim, foram comprados 80 brinquedos, sendo bolas para os meninos, por R\$ 15,00 cada, e bonecas para as meninas, por R\$ 20,00 cada. Sabe-se que cada criança recebeu um brinquedo e que o número de bolas compradas superou o número de bonecas compradas em 20 unidades. Da quantia total recebida como doação dessa empresa, a creche reservou para a compra de roupas

- (A) R\$ 2.250,00.
- (B) R\$ 2.000,00.
- (C) R\$ 1.980,00.
- (D) R\$ 1.850,00.
- (E) R\$ 1.350,00.

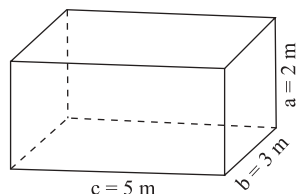
39. Da quantia total recebida pela venda de um terreno, João emprestou 20% para um amigo por um prazo de 8 meses, a uma taxa de juro simples de 18% ao ano, e aplicou o restante, também por 8 meses, a uma taxa de juro simples de 27% ao ano. No final, o total recebido de juros, considerando-se empréstimo e aplicação, foi igual a R\$ 3.360,00. Pela venda do terreno, João recebeu um total de

- (A) R\$ 32.000,00.
- (B) R\$ 30.000,00.
- (C) R\$ 28.000,00.
- (D) R\$ 25.000,00.
- (E) R\$ 20.000,00.

40. A figura mostra uma caixa d'água em forma de um paralelepípedo reto retângulo, com medidas em metros. Aumentando-se em um quinto a medida do comprimento (c), e mantendo-se inalterados volume (V) e altura (a), teremos uma nova caixa, cuja largura (b) será igual a

**Dado:**  $V = a.b.c$ .

- (A) 2,9 m.
- (B) 2,8 m.
- (C) 2,7 m.
- (D) 2,5 m.
- (E) 2,2 m.



## DIREITO

### DIREITO PENAL

41. No caso dos crimes de falsidade de títulos e outros papéis públicos, se o autor do ilícito for funcionário público e praticar o crime prevalecendo-se do cargo, terá sua pena

- (A) aumentada de metade.
- (B) aumentada de sexta parte.
- (C) diminuída de sexta parte.
- (D) diminuída de metade.
- (E) aumentada ou diminuída de acordo com a análise das circunstâncias relativas à individualização da pena, tais como: a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente e os motivos, circunstâncias e conseqüências do crime.

42. Determinado policial militar disse de forma impositiva ao assaltante que acabou de prender em flagrante, com o intuito de se locupletar indevidamente, que somente muito dinheiro o faria "aliviar sua barra". Tal conduta

- (A) não tipifica crime.
- (B) somente tipificaria algum delito caso houvesse a efetiva entrega do dinheiro.
- (C) tipifica o crime de peculato.
- (D) tipifica o crime de concussão.
- (E) tipifica o crime de corrupção passiva.

43. São pressupostos do delito de resistência que

- I. o ato ao qual se opõe seja legal;
- II. a violência ou ameaça seja praticada contra o policial que executar o ato;
- III. a oposição seja praticada mediante violência ou ameaça.

Está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44. Desacatar funcionário público é

- (A) desobedecer.
- (B) resistir.
- (C) ofender.
- (D) exigir.
- (E) cooperar.

45. Assinale a alternativa que tipifica a conduta do crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- (A) Falsificar carteira de trabalho para instruir processo em seu favor.
  - (B) Subtrair documentos que lhe pertencem, mas que se acham em poder de terceiro por determinação judicial.
  - (C) Subtrair dinheiro do ex-empregador como forma de pagamento de salários atrasados.
  - (D) Suprimir nota promissória que lhe pertence, mas que se acha em poder de terceiro em razão de seqüestro judicial.
  - (E) Gritar com o policial rodoviário que, acertadamente, acaba de lhe impor uma multa por excesso de velocidade.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. Para manter a justa aplicação da lei penal, o Juiz poderá
- (A) intervir nas funções policiais de investigação.
  - (B) requisitar força policial.
  - (C) nomear, por iniciativa própria, assistentes técnicos para o acompanhamento dos exames periciais.
  - (D) avocar o inquérito policial.
  - (E) designar novo promotor para a causa.
47. São causas de suspeição judicial:
- I. amizade íntima com o réu;
  - II. inimizade capital com o Ministério Público;
  - III. aconselhamento ao réu ou ao Ministério Público.
- Está correto o contido em
- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) I e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
48. A citação por precatória deve ser realizada
- (A) no juízo do lugar do crime.
  - (B) com dia e hora marcada.
  - (C) se o réu estiver no território de outra comarca.
  - (D) a requerimento do Ministério Público.
  - (E) somente nos casos urgentes.

49. O recurso de ofício ocorre
- (A) sempre que o Ministério Público se sentir inconformado com a decisão judicial.
  - (B) da sentença que condenar, desde logo, o réu com fundamento na existência de circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena, nos termos do art. 411 do Código de Processo Penal.
  - (C) se houver desistência do recurso interposto pelo Ministério Público.
  - (D) sempre que a parte demonstrar interesse na reforma ou modificação da decisão judicial.
  - (E) da sentença que conceder *habeas corpus*.
50. Nos termos do art. 76 da Lei n.º 9.099/95, a transação penal somente será admitida se
- (A) o agente não tiver sido beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pelo mesmo benefício.
  - (B) o agente jamais tiver sido condenado pela prática de crime.
  - (C) o Juiz, apto para julgar a causa, concordar com a aplicação do benefício.
  - (D) for aceita pelo defensor, responsável pela defesa técnica no processo, ainda que for recusada pelo agente.
  - (E) o agente comprometer-se, judicialmente, a comparecer mensalmente no fórum da comarca em que foi processado para informar e justificar suas atividades.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. “A” propôs ação de rito comum ordinário em face de “B”. “B” foi citado em 22 de setembro de 2006 (sexta-feira) e o mandado de citação juntado em 28 de setembro do mesmo ano, sendo certo que no dia 13 de outubro não houve expediente forense. Considerando o prazo para contestar, é correto afirmar que, sendo B
- (A) co-réu de C, com o mesmo procurador, o prazo para contestar vence em 30 de outubro de 2006.
  - (B) Fazenda Pública, seu prazo vence em 30 de outubro de 2006.
  - (C) pessoa física e único réu do feito, o último dia para B contestar é 13 de outubro de 2006.
  - (D) pessoa física e único réu do feito, o último dia para B contestar é 9 de outubro de 2006.
  - (E) Fazenda Pública, o prazo para contestar é até o dia 27 de novembro de 2006.

52. Responda a assertiva correta.

- (A) Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo para a parte se manifestar começa a correr do momento da assinatura do aviso de recebimento.
- (B) Quando a citação é feita por edital, o prazo para contestar tem início da juntada nos autos do aviso de publicação.
- (C) Os prazos para as partes têm início, salvo disposição em contrário, da intimação.
- (D) As intimações podem ser feitas pelo correio, mas não poderão ser feitas em cartório.
- (E) A intimação do Ministério Público poderá ser feita por correio, mandado ou pessoalmente.

53. Considere as assertivas a seguir.

- I. A revelia de uma das partes atinge aos demais co-réus que contestaram a ação.
- II. Com o fim do prazo para resposta do réu, o escrivão fará a conclusão dos autos ao juiz.
- III. Todos os meios legais e moralmente legítimos, mesmo não especificados no Código de Processo Civil, são hábeis para provar a verdade dos fatos.
- IV. Os fatos notórios devem ser comprovados por certidão exarada pelo escrivão do cartório.
- V. As partes do processo não podem ser interrogadas sobre os fatos da causa.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e V.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) IV e V.
- (E) I e IV.

54. Responda a assertiva correta.

- (A) A cópia de documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão certificar a conformidade entre a cópia e o original.
- (B) O incidente de falsidade documental não suspende o curso do processo em que este foi juntado.
- (C) Não é lícito às partes a juntada de documentos novos no curso do processo.
- (D) Só é admissível a prova testemunhal, em qualquer hipótese, quando houver começo de prova escrita.
- (E) A testemunha é sempre obrigada a depor, mesmo sobre fatos que acarretem prejuízo a seu cônjuge ou parentes consanguíneos ou afins.

55. Em relação aos recursos, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para interpor apelação e para o agravo retido é o mesmo.
- (B) O prazo para o Ministério Público apresentar apelação é de 60 dias.
- (C) O prazo para a Fazenda Pública responder à apelação é de 15 dias.
- (D) A falta de preparo, na apelação, não acarreta a pena de deserção.
- (E) Recebida no efeito devolutivo a apelação, não haverá intimação do apelado para resposta.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

56. O artigo 5.º da Constituição Federal prevê que

- (A) a lei penal não retroagirá, nem mesmo para beneficiar o réu.
- (B) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (C) são gratuitas as ações de *habeas corpus* e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (D) haverá júízo ou tribunal de exceção.
- (E) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

57. É livre a associação profissional ou sindical, sendo correto afirmar que

- (A) em regra, a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical e, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- (C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (D) o aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.

58. É permitido ao brasileiro naturalizado exercer o cargo de

- (A) Vice-Presidente da República.
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Governador.
- (D) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (E) Ministro de Estado da Defesa.

59. É correto afirmar que
- (A) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 ano da data de sua vigência.
  - (B) os analfabetos são elegíveis.
  - (C) para concorrerem a outros cargos, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos, os Deputados devem renunciar aos respectivos mandatos até 3 meses antes do pleito.
  - (D) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 30 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
  - (E) é condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de 21 anos para Vereador.
60. É correto afirmar que
- (A) o prazo de validade do concurso público será de até 1 ano, prorrogável uma vez, por igual período.
  - (B) é vedada a acumulação remuneratória de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, como no caso de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
  - (C) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
  - (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fim de concessão ulterior.
  - (E) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

61. Ao funcionário público é proibido
- (A) retirar documento ou objeto da repartição, em qualquer hipótese.
  - (B) fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ou como representante de outrem.
  - (C) participar da gerência ou administração de sociedades comerciais, mesmo que estas não mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado.
  - (D) constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, mesmo quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente.
  - (E) aceitar, em qualquer hipótese, representação de Estado estrangeiro.

62. Extingue-se a punibilidade pela prescrição da falta
- (A) sujeita à pena de repressão, em 1 ano.
  - (B) sujeita à pena de demissão, em 2 anos.
  - (C) sujeita à pena de multa, em 3 anos.
  - (D) sujeita à pena de demissão a bem do serviço público, em 4 anos.
  - (E) prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 anos.
63. É correto afirmar que
- (A) o processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no de 30 dias da citação do acusado.
  - (B) é obrigatório ao acusado tomar ciência ou assistir aos atos e termos do processo.
  - (C) não será declarada a nulidade de nenhum ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou diretamente na decisão do processo ou sindicância.
  - (D) o presidente e os acusados poderão arrolar até 3 testemunhas.
  - (E) a expedição da precatória suspenderá a instrução do procedimento.
64. Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar a penalidade. O prazo para recorrer, contado da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado, é de
- (A) 5 dias.
  - (B) 10 dias.
  - (C) 15 dias.
  - (D) 30 dias.
  - (E) 60 dias.
65. É correto afirmar que, no processo administrativo,
- (A) a decisão que julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo.
  - (B) os recursos administrativos terão efeito suspensivo.
  - (C) a pena imposta poderá ser agravada pela revisão.
  - (D) o recurso incorretamente denominado ou endereçado não será apreciado.
  - (E) será admitida reiteração do pedido de revisão pelo mesmo fundamento.

## NORMAS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

66. É correto afirmar que

- (A) nos Offícios de Justiça de Falências e de Recuperações, o fichário individual, caso não informatizado, será composto por fichas abertas com o número do processo, o nome, RG e CPF do autor, a natureza do feito, sendo organizado pelo número de processo, em ordem crescente.
- (B) não serão feitas cargas aos oficiais de justiça nos 30 dias antecedentes às suas férias marcadas na escala; neste prazo cumprirão eles os mandados anteriormente recebidos, só podendo entrar em férias sem nenhum mandado em mãos, exceto nos casos de baixa para redistribuição.
- (C) todas as sentenças, cíveis em geral, criminais, exceto as extintivas de punibilidade, e trabalhistas, deverão ser registradas.
- (D) nas comarcas e foros distritais de segunda entrância, com mais de uma vara, há um escritório de distribuição judicial ao qual incumbem os serviços de distribuição cível e criminal, além do arquivo geral.
- (E) as precatórias recebidas serão lançadas no livro Registro Geral de Feitos, com indicação completa do juízo deprecante e não apenas da comarca de origem, dos nomes das partes, da natureza da ação e da diligência deprecada; é porém, dispensável a consignação textual do juízo deprecado.

67. As certidões em breve relatório ou de inteiro teor serão expedidas no prazo, contado da data do recebimento em cartório do respectivo pedido, de

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 15 dias.
- (E) 20 dias.

68. Com relação aos autos judiciais, é correto afirmar que

- (A) somente poderão ser retirados do Cartório pelos advogados ou estagiários regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de alguma das partes, inclusive nos processos findos.
- (B) quando correrem em segredo de justiça terão o seu exame, em cartório, restrito às partes, procurados e terceiros interessados.
- (C) quando estiverem na fluência de prazo comum às partes, será concedida, pelo Escrevente responsável pelo atendimento, vista de autos em cartório fora do balcão, pelo período de 45 minutos, mediante controle de movimentação física.
- (D) poderão ser retirados do cartório, por acadêmico de direito não inscrito na OAB, mediante autorização do advogado, com procuração.
- (E) quando não estiverem na fluência de prazo não poderão ser retirados do cartório, mesmo mediante requerimento.

69. Após revisados, os livros de carga e demais papéis, desde que reputados sem utilidade para conservação em arquivo, poderão ser, por qualquer modo, inutilizados mediante prévia autorização do Juiz Corregedor Permanente, decorrido do último registro efetuado, o prazo de

- (A) 1 ano.
- (B) 2 anos.
- (C) 3 anos.
- (D) 4 anos.
- (E) 5 anos.

70. É correto afirmar que

- (A) deverá ser feita a conclusão dos autos no prazo de 48 horas, e executados os atos processuais no prazo de 76 horas.
- (B) nenhum processo deverá permanecer paralisado em cartório, além dos prazos legais ou fixados; tampouco deverão ficar sem andamento por mais de 15 dias, no aguardo de diligências.
- (C) em nenhuma hipótese será seccionada peça processual com seus documentos anexos, exceto quando tiver atingido o volume de 200 folhas.
- (D) antes da subida do recurso à Instância Superior, deverá o escrivão-diretor certificar nos autos eventuais suspensões de expediente havidas no período que vai da data da intimação às partes da sentença até a data em que foi protocolada a petição do recurso.
- (E) a escrituração, nos livros e papéis, deve ser sempre feita em vernáculo, com tinta preta ou vermelha, indelével.



site: [professorkanashiro.com.br](http://professorkanashiro.com.br)